

# SUMÁRIO

## LEI ANTIFACÇÃO COMENTADA

Art. 1º .....	17
---------------	----

### TÍTULO I

#### DOS CRIMES PRATICADOS POR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA ULTRAVIOLENTA, GRUPO PARAMILITAR OU MILÍCIA PRIVADA

##### Domínio social estruturado

Art. 2º .....	18
Facção criminosa .....	22
Grupo paramilitar e milícia privada (facções por equiparação) .....	23
Pena .....	26
Regime de Progressão de Pena .....	27
Causas de aumento de pena .....	29
Vedação de benefícios penais, processuais e execucionais .....	32
Atos preparatórios puníveis .....	32
A vedação do Auxílio-Reclusão como instrumento de enfrentamento ao Crime Organizado .....	33
Presídio federal para líderes e chefes .....	34
Competência para julgamento de homicídio em contexto de domínio social estruturado .....	35
Conexão como critério de atração da competência .....	35
Aplicabilidade temporal .....	36
Afastamento do Tribunal do Júri .....	36
Varas criminais colegiadas .....	37

## Favorecimento ao domínio social estruturado

Art. 3º .....	40
Introdução.....	40
Art. 4º .....	43
Hediondez dos crimes.....	44

## TÍTULO II

## DAS NORMAS PROCESSUAIS E OPERACIONAIS

## CAPÍTULO I

## DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º .....	45
Prazos diferenciados para conclusão do inquérito policial .....	45
Deflagração das medidas .....	48
Prazo comum em situações de urgência.....	49
Não automaticidade do relaxamento da prisão pelo descumprimento de prazos .....	49
Reconhecimento expresso do poder investigativo do Ministério Público .....	50
Revisão hierárquica da representação indeferida.....	50
Art. 6º .....	51
Forças-tarefa integradas – Introdução .....	52
Modalidades de cooperação investigativa.....	53
Formalização por termo de cooperação .....	54
Compartilhamento de dados e operações conjuntas.....	55
Regime de sigilo .....	55
Sigilo das medidas judiciais .....	55
Não nulidade pelo descumprimento.....	56
Participação do Ministério Público.....	56

Art. 7º .....	56
Cooperação jurídica internacional.....	57
Órgãos competentes .....	58
Finalidades da cooperação .....	58
Princípio da reciprocidade .....	58
Conexão com o art. 9º, inciso I, e com o Capítulo IV .....	59
Art. 8º .....	59
Aplicação subsidiária da Lei nº 12.850/2013 e da Lei nº 9.613/1998.....	59

## CAPÍTULO II DAS MEDIDAS ASSECURATÓRIAS

Art. 9º .....	62
Das Medidas Assecuratórias Cautelares .....	62
Legitimidade para requerer as medidas assecuratórias .....	64
Competência para julgar as medidas assecuratórias .....	65
Standard probatório para as medidas assecuratórias — indícios suficientes...	66
Medidas assecuratórias especiais .....	67
Rol exemplificativo de medidas assecuratórias .....	68
Medidas assecuratórias tradicionais ampliadas .....	69
Investigação patrimonial como pressuposto .....	70
Ampliação do objeto material .....	71
Alcance subjetivo — interpostas pessoas e pessoas jurídicas .....	72
Suspensão, limitação ou proibição de atividades econômicas, financeiras, empresariais ou profissionais.....	74
Restrição a operações com criptoativos .....	76
Acionamento dos órgãos reguladores e de controle do sistema financeiro e tributário .....	77
Suspensão de serviços .....	78

Afastamento do cargo.....	79
Proibição de sair do território nacional.....	79
Bloqueio de transferência de bens .....	80
Inidoneidade cautelar .....	81
Medidas assecuratórias e contraditório diferido.....	82
Medidas assecuratórias e independência de instâncias.....	82
Dever de fundamentação qualificado .....	83
Custódia cautelar dos bens apreendidos.....	84
Depositário fiel de bens cautelarmente apreendidos .....	85
Impugnação nas medidas assecuratórias.....	86
Liberação de bens cautelarmente apreendidos.....	87
Perdimento extraordinário de bens independente de condenação penal .....	88
Proteção do lesado e do terceiro de boa-fé.....	90
Uso provisório e alienação antecipada dos bens apreendidos.....	91
Conceito ampliado de instrumento do crime para fins de perdimento .....	92
Devolução dos valores em caso de absolvição.....	93
Sigilo das decisões e ordens de bloqueio .....	94
Responsabilidade civil, administrativa e penal pelo descumprimento das medidas.....	94
Supervisão conjunta do CNJ e do CNMP .....	96
Art. 10 .....	96
Intervenção judicial em pessoas jurídicas - introdução.....	99
Crimes empresariais e organizações criminosas.....	99
Responsabilidade penal dos dirigentes .....	100
Fundamento normativo da intervenção.....	100
Administração provisória dos bens constrictos.....	101
Poderees do interventor .....	102

Contratos com o poder público.....	102
Alienação antecipada e destinação dos recursos.....	103
Impedimento para contratar com o poder público.....	103
Desfecho da intervenção.....	103
Ressalva quanto ao tráfico de drogas.....	103
Cooperação institucional e gatekeepers do sistema financeiro.....	104

### CAPÍTULO III DAS MEDIDAS DEFINITIVAS

Art. 11.....	104
Medidas definitivas pós-condenação.....	104
Conversão das medidas cautelares em perda definitiva.....	107
Confisco ampliado.....	108
Ônus da prova e juízo de incompatibilidade patrimonial.....	110
Distinção em relação ao confisco alargado do Código Penal.....	110
Dissolução compulsória da pessoa jurídica.....	111
Liquidação judicial definitiva dos bens.....	112
Afetação imediata dos bens aos órgãos de segurança pública.....	113
Proibição definitiva de contratar com o poder público e de integrar órgãos de administração de empresas públicas.....	114
Cancelamento de autorizações, registros e licenças.....	115
Responsabilidade solidária e sucessória.....	115
Comunicações automáticas e obrigatórias aos órgãos de controle e registros públicos.....	117
Publicação das sentenças condenatórias em cadastro público eletrônico nacional.....	118
Uso provisório dos bens pelos órgãos de segurança pública.....	118
Competência para alienação e destinação dos bens.....	119
Natureza de execução penal patrimonial e aplicação subsidiária da Lei nº 11.101/2005.....	119

CAPÍTULO IV  
DA AÇÃO CIVIL DE PERDIMENTO DE BENS

Art. 12 .....	120
Art. 13 .....	120
Art. 14 .....	121
Art. 15 .....	121
Art. 16 .....	121
Art. 17 .....	122
Art. 18 .....	122
Art. 19 .....	122
Art. 20 .....	122
Art. 21 .....	123
Art. 22 .....	123
Art. 23 .....	123
Art. 24 .....	124
Art. 25 .....	124
Art. 26 .....	124
Art. 27 .....	125
Art. 28 .....	125
Da Ação Civil de Perdimento de Bens – Introdução.....	125
Objeto da ação.....	126
Hipóteses de cabimento da perda civil.....	127
Proteção ao terceiro de boa-fé .....	128
Extraterritorialidade mitigada.....	129
Legitimidade ativa e competência .....	130

Dever de reporte.....	131
Independência de instâncias .....	131
Legitimidade passiva.....	131
Competência territorial.....	132
Medidas de urgência.....	132
Procedência e imprescritibilidade.....	132
Gratuidade e regime de custas.....	132
Whistleblower patrimonial.....	133

## CAPÍTULO V

### DO BANCO NACIONAL E DOS BANCOS ESTADUAIS DE DADOS DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS ULTRAVIOLENTAS, GRUPOS PARAMILITARES OU MILÍCIAS PRIVADAS

Art. 29 .....	133
Banco Nacional e Bancos Estaduais de Dados de Organizações Criminosas Ultraviolentas, Grupos Paramilitares ou Milícias Privadas .....	135
Introdução e natureza jurídica.....	135
Finalidade e conteúdo.....	136
Bancos Estaduais e interoperabilidade.....	137
Critérios de inclusão e remoção .....	138
Condicionamento de repasses federais.....	140
A presunção de vínculo e seus riscos.....	140

## TÍTULO III

### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30 .....	140
Vedação ao Auxílio-Reclusão .....	141
Art. 31 .....	141
Independência das Esferas Administrativa e Penal .....	141

---

Art. 32 .....	142
Instrumentos de Investigação e Meios de Obtenção de Prova .....	142
Art. 33 .....	143
Art. 34 .....	163
Art. 35 .....	164
Art. 36 .....	173
Art. 37 .....	175
Art. 38 .....	177
Art. 39 .....	184
Art. 40 .....	186
Art. 41 .....	188
Art. 42 .....	191
Art. 43 .....	194
Art. 44 .....	195
Bibliografia .....	197